EJA E A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS DECOLONIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR

MONTEIRO, Giselle Assunção[1]
DOMINGUES, Andrea Silva[2]

RESUMO: Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a (res)significação e (re)construção das práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o objetivo de (re)conhecer e (re)afirmar os saberes dos trabalhadores e trabalhadoras que vivem no contexto Amazônico. Metodologicamente trabalhamos em uma perspectiva discursiva realizando a interpretação do corpus pela/na Análise do Discurso (AD) e da prática da História Oral, por meio da qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 4 alunos de uma turma da EJA da cidade de Cametá. Também foi analisado um recorte dos elementos imagéticos do livro didático da 3ª etapa do Ensino Fundamental II da EJA. Os resultados indicam que as imagens contidas no LD podem estruturar a posição-sujeito que o trabalhador na EJA deve ocupar; ou seja, as ideologias do LD podem introjetar uma identidade forjada na memória do aluno-trabalhador e da aluna-trabalhadora que tiveram contato com esse material. Conclui-se que é importante o exercício de práticas decoloniais no espaço escolar, para subverter a colonialidade que se aloja por meio de discursos pedagógicos e curriculares que ocupam esses espaços. Com essa transgressão do pensamento colonial na sala de aula, as histórias de vida e de trabalho desses sujeitos trabalhadores e trabalhadoras da Amazônia paraense, especificamente do Baixo Tocantins, serão reconhecidas e valorizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Decolonialidade, Trabalhadores, EJA, Amazônia Tocantina.

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste texto é um recorte da dissertação de mestrado em andamento, que investiga as vivências e significados atribuídos à EJA por alunos-trabalhadores e professores-trabalhadores inseridos nas escolas públicas do fundamental II de Cametá, localizado no Baixo Tocantins. Esta dissertação, busca compreender, por meio das histórias de vidas dos sujeitos trabalhadores, os sentidos que a EJA produz em suas memórias discursivas, identificando e reconhecendo os processos identitários que os constituem.

[1]Mestranda da linha de pesquisa Cultura e Linguagens do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Bolsista do programa CAPES. E-mail: gisellemonteiro174@gmail.com.
[2] Prof ª. Dra. do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) e do curso de Licenciatura em Letras Língua Inglesa pela Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Orientadora. E-mail:andrea.domingues@gmail.com.

É a partir dessa perspectiva, fundamentada na historicidade do discurso, que propomos abordar, neste texto, de maneira mais específica, a (res)significação e (re)construção das práticas pedagógicas na EJA, questionando a invisibilização dos sujeitos trabalhadores na EJA nas instituições formais de ensino.

Discutir essa importância das práticas decoloniais no espaço escolar, se faz essencial para (re)conhecer e (re)afirmar os saberes dos trabalhadores e trabalhadoras que vivem no contexto Amazônico. Os quais experimentam rotinas diversas que constituem os seus modos de ser, viver, existir e pensar. Sendo, essas experiências, principalmente, atravessadas por relações de poder que se utilizam das formas simbólicas para materializar as ideologias que desumanizam e inferiorizam suas trajetórias e participação na sociedade.

A partir desse contexto, por meio de narrativas orais de vida de uma turma de estudantes trabalhadores e trabalhadoras da E.M.E.F. São João Batista, moradores dos bairros da Matinha, Novo, Primavera e São Benedito, no município de Cametá, com idades entre 32 e 79 anos. Através das memórias desses sujeitos, propomos pensar como a escola deveria ser (re)inventada em um espaço dialógico e democrático, para desenvolver relações de insurgência nas práticas de ensino, como forma de fortalecer processos de resistência no coletivo da EJA. Buscamos, ainda, a desnaturalização da colonialidade que interfere na valorização dos conhecimentos desses sujeitos. Além disso, analisamos um recorte de imagens do Livro didático (LD) da Editora Eureka da coleção da EJA da 3ª etapa, onde discutimos sobre as ideologias que são introjetadas nas memórias dos alunos e alunas que têm contato com esse material.

2 METODOLOGIA

A discussão teórica e metodológica está filiada à Análise do Discurso (AD), tendo como base autores como Orlandi (2009), Pechêux (1990) e Domingues (2013), estudiosos estes que transitam em diferentes áreas do saber tendo o discurso e a memória como dispositivos teóricos para interpretação do corpus de análise. Para pensar um projeto de educação diferenciada, que valorize os saberes amazônicos dos trabalhadores da EJA, nos apoiamos aos estudos da pedagogia crítica, especialmente nos estudos de Paulo Freire (1979; 2017).

Assim, conduzimos nossas interpretações pela Análise do Discurso, baseando-nos em recortes de imagens do LD da Editora Eureka, coleção EJA, 3ª etapa. A prática da História Oral foi realizada em uma turma da EJA da E.M.E.F São João Batista do município de Cametá, para que possamos conhecer a historicidade, os discursos ideológicos e os sentidos produzidos e experimentados nos acontecimentos discursivos e históricos na constituição de saberes e as diferentes posições-sujeito na EJA.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo, ainda em andamento, destaca a importância de entender que sentidos a EJA tem para os trabalhadores de Cametá que adentram o espaço escolar, seja como aluno ou como professor. Preliminarmente, sabe-se que esses sujeitos, enquanto trabalhadores, necessitam lidar com os discursos ideológicos impostos pelo Estado, os quais tentam forjar e apagar suas identidades por meio de representações simbólicas e discursivas, ou seja tendo como foco a formação de mão-de-obra para atender o Sistema.

Neste sentido, recortamos imagens do LD da 3ª Etapa da EJA da Editora Eureka, para discutirmos em relação às memórias discursivas que produzem sentidos de colonialidade do poder, ser e saber diante das experiências e vivências dos povos amazônicos, pois a:

> colonialidade do poder refere-se aos padrões de poder baseados em uma hierarquia (racial, sexual) e na formação e distribuição de identidades (brancos, mestiços, índios, negros). Quanto à colonialidade do saber, refere-se ao caráter eurocêntrico e ocidental como única possibilidade de se construir um conhecimento considerado científico e universal, negando-se outras lógicas de compreensão do mundo e produção de conhecimento, consideradas ingênuas ou pouco consistentes. A colonialidade do ser supõe a inferiorização e subalternização de determinados grupos sociais, particularmente os indígenas e negros (Candau, 2020, p.32).

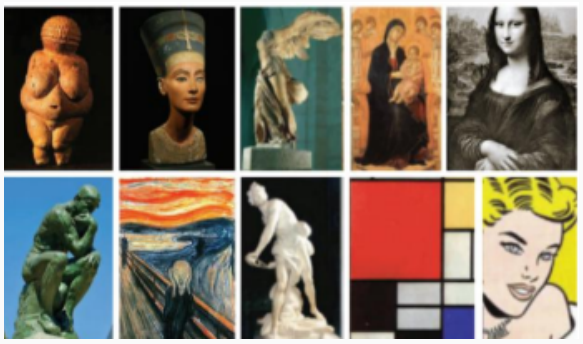
Com essa perspectiva, a figura 1 e figura 2, abaixo, são analisadas. A figura 2, retirada da grade curricular de matemática, abrange os sentidos de memória da agricultura familiar. Onde essa figura simboliza um ideal de agricultores, formada por uma família branca, com vestimentas conservadoras e feliz com a colheita do café. A figura 3, retirada da grade curricular de artes, compreende relações discursivas que valorizam em maior parte as obras artísticas de origem europeia, como

Monalisa de Leonardo da Vinci, O Grito de Edvard Munch, O Pensador de Auguste Rodin, Vênus de Willendorf, e outras.

Figura 01. Agricultura Familiar.

Fonte: Vignon; Saliba, 2018.

Figura 02. Artes europeias.



Fonte: Vignon; Saliba, 2018.

Com base nessas Figuras 1 e 2, entende-se que o editorial desse LD desvaloriza os sujeitos da Amazônia Tocantina como produtores de conhecimento e nega a participação desses jeitos na história, cultura, arte e economia. Dessa forma, esse LD produz sentidos que invisibilizam os saberes tradicionais movimentados na memória discursiva dos trabalhadores e trabalhadoras que atuam na EJA como professor e aluno. Produzindo sentidos de memórias que desprezam a organização e eficiência da agricultura familiar desenvolvida, tanto na localidade quando na região norte, visto que enaltece na figura 1, uma família branca segurando um cesto com grão de café, e sabe-se que os produtos que comuns nas áreas amazônicas são mandioca, cacau, açaí e pimenta. Além disso, esse LD por meio da figura 2,

produz sentidos de memória que rejeitam expressões culturais elaboradas no contexto amazônico, pois supervaloriza as obras de matriz europeia.

Diante da análise discursiva do LD da EJA da 3ª Etapa, percebemos a presença da colonialidade nas imagens simbólicas apresentadas no material. As imagens retratadas produzem sentidos que desconsideram culturas e povos de origem não europeia e não branca. Pensando nessa questão, as imagens contidas nesse LD podem estruturar a posição-sujeito que o trabalhador da EJA deve ocupar, ou seja, essas ideologias presentes no LD podem introjetar uma identidade forjada na memória do aluno-trabalhador e da aluna-trabalhadora que terão contato com esse material.

Desse modo, é importante o professor desenvolver na sala de aula práticas decoloniais para transgredir a colonialidade (Candau, 2020) e (re)viver (Walsh, 2013) no espaço escolarizado com um discurso que não seja institucionalizado, mas um discurso que compreenda o ser humano em toda sua integralidade. Promovendo um diálogo democratico (Freire, 1993) que ouça os diferentes grupos sociais, e sobretudo o coletivo dos trabalhadores e trabalhadoras, que tiveram suas experiências e vivências de vidas excluídas na educação formal de ensino. Para que esses sujeitos descubram o seu poder de intervenção e mobilização de processo na sociedade (Candau, 2020).

Nesse viés, o estudo escutou por meio de entrevista semiestruturada a narrativa de 01 aluno-trabalhador e 03 alunas-trabalhadoras que estudam na EJA da E.M.E.F. São João Batista do município de Cametá, situada no bairro central da cidade. Os colaboradores dessa pesquisa que contaram suas histórias de vida são: Lana, 34 anos, moradora do bairro da Matinha, Renata, 32 anos, moradora do bairro Novo, Temoteo, 79 anos, morador do bairro Primavera, e Tereza, 57 anos, moradora do bairro São Benedito. Pelas suas idades e bairros em que moram, entende-se que esses sujeitos trabalhadores e trabalhadoras têm uma dura rotina para chegar até a sala de aula da EJA, onde enfrentam a longa distância entre o local que residem e a escola, e a conciliação da relação família, escola e trabalho.

Abaixo, a um recorte das narrativas orais das vidas desses diferentes trabalhadores e trabalhadoras que experimentam e movimentam a EJA de Cametá como coletivo, em que relatam:

> Não, eu trabalho só **em casa.**Cuido da **minha mãe** porque minha já ta idosa (Lana, 34 anos, 2024).
>
> Eu trabalho em **casa de família**. Eu fico das, eu entro às 08h às vezes eu saio 14h, 15h, às vezes até 16h, depende do horário.É tudo corrido [...] Aí, nesse intervalo, eu **vou estudando**, vou meditando no trabalho, porque se não, não dá tempo pra tanta coisa. Aí, **é filho, é marido, é tudo misturado** (Renata, 32 anos, 2024).
>
> **É gari**, zelador da praça do TiTio, da praça dos artistas e as praças todas da cidade de Cametá, **não é só uma**, eu abro todas as praças no coração da cidade e do amor, da vida (Timóteo, 79 anos).
>
> Eu sou, eu trabalho nos **serviços gerais**. Aí, eu sou concursada, passei no concurso público, é esse meu trabalho. Trabalho na Secretaria de Saúde. [...] Em casa eu [...]Eu **lavo roupa, asseio franga, tomo conta de uma netinha** que eu tenho de 6 anos para ajudar a minha filha a trabalhar a tarde. Eu **não durmo**, só durmo a noite para ajudar minha filha (Tereza, 57 anos, 2024).

Pelo ouvir da memória dos trabalhadores e trabalhadoras, percebemos que ocupam, em sua maior parte, trabalhos informais na cidade de Cametá. Dentre esses trabalhos estão a execução de serviços domésticos em casa de família, trabalhos na própria casa com as tarefas domésticas, como cozinhar, limpar e lavar, e o exercício de atividades de limpeza urbana como gari. Por suas experiências e vivências de vida, compreendemos que são sujeitos com vasto conhecimento de mundo, que aprenderam e se constituíram nas andanças e lutas diárias de suas trajetórias como sujeitos que trabalham e estudam na EJA.

Com os discursos dos colaboradores e colaboradoras, identificamos que as práticas pedagógicas devem ser transformadas para questionar a lógica dominante. Tal lógica resulta na padronização, homogeneização, monoculturalidade e invisibilidade (Candau, 2020) do "outro" na sala de aula. Assim, torna-se essencial reconstruir os saberes desses atores sociais, tidos como "outro" no ambiente escolar, e desnaturalizar a colonialidade que permeia esse espaço, para que eles possam superar, como sugere Walsh (2013), a condição de não-existência.

No acompanhamento da decolonialidade, as práticas didáticas insurgentes que devem embasar o ensino dos educadores que trabalham com os trabalhadores e trabalhadoras da Amazônia Tocantina, de acordo com Freire (1997), devem ter como base a educação dialógica entre aluno e professor, considerando que ambos aprendem juntos. Além disso, a educação deve ser diferenciada para efetivar processos de reconhecimento dos diversos saberes construídos por esses sujeitos em seu local de trabalho, no bairro e na cidade onde residem, e no território amazônico em que vivem. Desse modo, por meio dessas práticas decoloniais, esses

sujeitos podem ser identificados e valorizados como produtores de conhecimento e de cultura, e suas histórias de vida podem ser reconhecidas como formadoras no processo de ensino institucional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo realizado, por meio da Análise do Discurso, objetivamos analisar os sentidos que permeiam os sujeitos trabalhadores da cidade de Cametá, localizada na Amazônia Tocantina, que ocupam a sala de aula da EJA nas posições de professor e aluno. Na busca por esses sentidos, identificamos discursos ideológicos no LD da EJA, no qual se produz um interdiscurso permeado por memórias coloniais que são simbolicamente apresentadas nas figuras do livro didático, produzindo, assim, efeitos de sentidos que tentam invisibilizar e apagar a existência, o modo de vida e o conhecimento dos sujeitos trabalhadores que vivem no contexto amazônico.

Pelas narrativas orais de vida desses sujeitos que vivem e experienciam a relação trabalho e estudo, entendemos como é importante o exercício de práticas decoloniais no espaço escolar, para subverter a colonialidade presente através de discursos pedagógicos e curriculares. Com essa subversão do pensamento colonial na sala de aula, as histórias de vida e de trabalho desses sujeitos trabalhadores e trabalhadoras da Amazônia Tocantina serão reconhecidas e valorizadas nos múltiplos sentidos dos saberes do campo, das águas e das florestas que os constituem.

5 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) e da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins/Cametá.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria. (org.). **Pedagogias decoloniais e interculturalidade**: insurgências. Rio de Janeiro: Apoena, 2020.

DOMINGUES, A. S.; CARROZZA, N. G. V. HISTÓRIA ORAL, DISCURSO E MEMÓRIA. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 141–161, 2000. DOI: 10.36449/rth.v17i2.9883. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/9883. Acesso em: 25 fev. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia** - Conhecimentos Necessários à Prática Educativa. 14a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3, 1987.

FREIRE, P. **Política e Educação**: Ensaios. São Paulo: Cortez, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 8. Ed. Campinas: Pontes,2009.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogias descoloniais**: práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)viver. Volume I. Quito, Equador: Edições Abya-Yala, 2013. 553 p. Disponível em: https://ayalaboratorio.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/03/catherine-walsh-pedagogc3adas-decoloniales-volume-i.pdf. Acesso em: 25 fev. 2025.